

GENTE QUE COOPERA CRESCE!

O Sicredi tem grandes números. E valores maiores ainda.

O Sicredi é uma das maiores instituições financeiras do País. E mais importante: é uma instituição financeira cooperativa. Isso significa que o Sicredi cresce com a força de seus 2,9 milhões de associados. Pessoas que escolheram um modelo sustentável de resolver a sua vida financeira e que contam com um amplo portfólio de produtos e serviços e uma estrutura completa, com mais de 1.300 pontos de atendimento em 11 estados brasileiros. E como donos do negócio, participam das decisões e dos resultados financeiros, chamados de sobras. Esta é a filosofia por trás dos resultados: gente que coopera cresce mesmo.

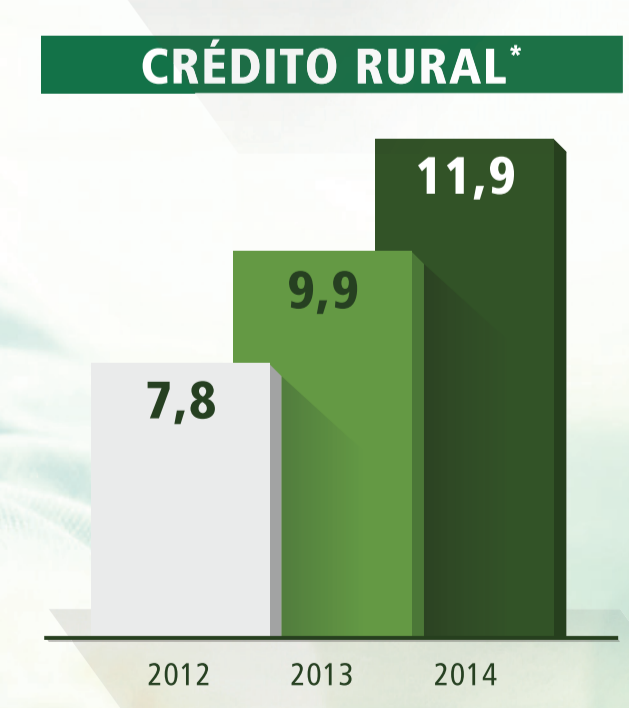
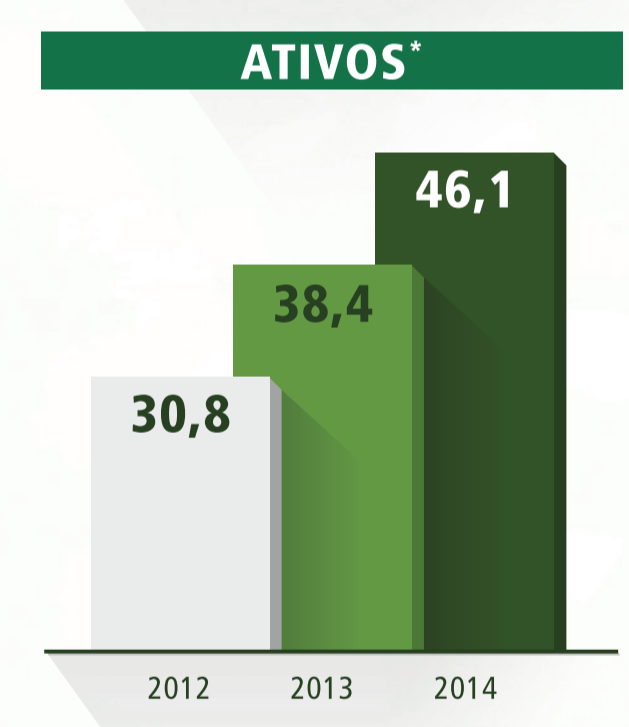
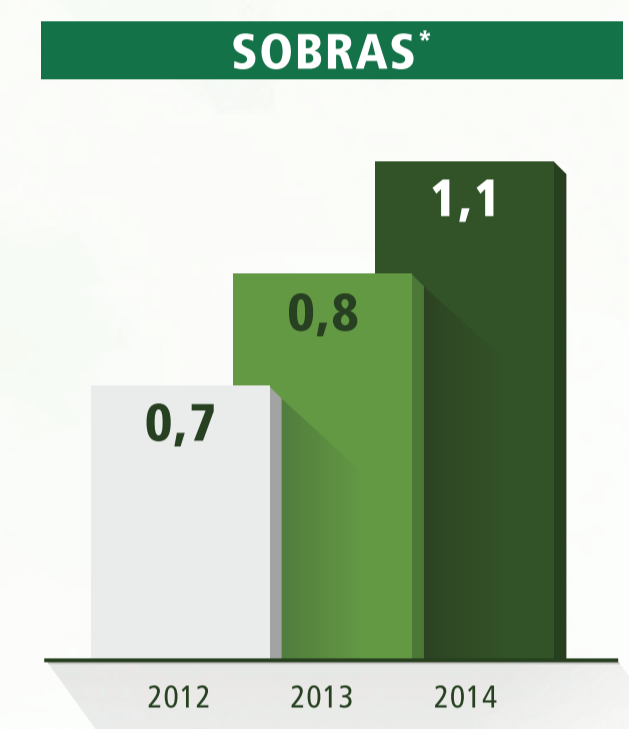
O Sicredi em números

Operações de crédito totais
R\$ 28,3 bilhões

Recursos administrados
R\$ 50,1 bilhões

Patrimônio líquido
R\$ 6,9 bilhões

Associados
2,9 milhões



*Sicredi - 0800 724 7200 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2119

*Valores expressos em bilhões (R\$)



Demonstrações Financeiras Combinadas Sicredi

31 de dezembro de 2014



Relatório da Administração

Aos Administradores e Associados,
Em cumprimento aos dispositivos legais Resolução nº 4.151/12 do Banco Central do Brasil, divulgamos as Demonstrações Financeiras Combinadas do Sistema Sicredi, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A evolução das principais contas patrimoniais, quando comparadas com o exercício anterior, decorre do esforço empreendido pelos dirigentes das Cooperativas de Crédito Singulares, Conselhos de Administração, Diretoria Executiva do Banco Cooperativo Sicredi S.A. e quadro de executivos no processo de modernização e profissionalização do empreendimento. Porto Alegre - RS, 31 de março de 2015.

Balancos Patrimoniais Combinados

31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)			
	Nota	2014	2013
Ativo			
Circulante		33.972.923	28.804.449
Disponibilidades		479.859	376.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	10.929.447	8.865.350
Aplicações em mercado aberto		10.394.103	8.520.425
Aplicações em depósitos interfinanceiros		521.870	321.935
Aplicações em moedas estrangeiras		13.474	22.900
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	3.947.621	3.665.819
Carteira própria		2.481.436	2.119.673
Vinculados a operações compromissadas		177.213	83.384
Vinculados à prestação de garantias		1.076.283	1.296.456
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	212.689	166.306
Relações interfinanceiras		685.928	745.388
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.705	8.717
Créditos vinculados		652.843	695.367
Depósitos no Banco Central		652.843	695.367
Correspondentes		31.380	41.304
Operações de crédito	7	17.026.664	14.446.190
Sector privado		18.013.372	15.173.878
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(966.708)	(727.688)
Outros créditos		826.800	637.708
Carteira de câmbio		70.984	69.185
Rendas a receber		126.267	119.911
Créditos específicos		11.562	10.551
Negociação e intermediação de valores		1.863	670
Títulos e créditos a receber	7	465.355	319.777
Devedores por compra de valores e bens	7	10.007	12.841
Diversos	8	178.932	141.218
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.d	(38.382)	(28.575)
Avais e fianças honradas	7	7	130
Outros valores e bens	9	76.604	67.094
Não circulante		12.095.470	9.585.665
Realizável a longo prazo		11.211.057	8.884.483
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	1.677.508	1.268.345
Carteira própria		72.433	121.554
Vinculados a operações compromissadas		299.547	258.782
Vinculados à prestação de garantias		1.304.794	887.277
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	734	732
Operações de crédito	7	9.366.405	7.493.182
Sector privado		9.767.302	7.775.520
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(400.897)	(222.638)
Outros créditos		167.144	122.956
Títulos e créditos a receber	7	55	55
Devedores por compra de valores e bens	7	17.251	17.039
Diversos	8	149.181	105.294
Avais e fianças honradas	7	657	623
Permanente		884.413	701.182
Investimentos		129.246	106.993
Participação em controladas no país	10	115.613	99.753
Outros investimentos	11	13.633	6.840
Imobilizado de uso	12	509.924	439.057
Imobilizações em curso		72.707	67.150
Imóveis de uso		187.519	130.211
Outras imobilizações de uso		659.790	542.474
Depreciação acumulada		(350.192)	(302.778)
Intangível	12	185.343	155.532
Aquisição e desenvolvimento de software		324.362	257.451
Amortização acumulada		(139.019)	(101.919)
Total do ativo		46.068.393	38.390.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)			
	Nota	2014	2013
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		19.624.238	17.523.612
Depósitos	13	14.355.055	12.694.503
Depósitos à vista		4.301.443	3.784.654
Depósitos de poupança		4.475.574	3.784.799
Depósitos interfinanceiros		4.106.206	3.666.445
Depósitos a prazo		1.471.832	1.458.605
Captações no mercado aberto	13	1.891.756	2.085.528
Carteira própria		145.299	82.265
Carteira de terceiros		1.746.457	2.003.263
Recursos de aceites e emissão de títulos		140.352	19.921
Recursos de letras de crédito do agronegócio		140.352	19.921
Relações interfinanceiras		908	912
Recebimentos e pagamentos a liquidar		908	912
Relações interdependências		95.722	82.111
Recursos em trânsito de terceiros		94.617	80.086
Transferência interna de recursos		1.105	2.025
Obrigações por empréstimos	14	497.745	501.050
Empréstimos no País		194.235	373.529
Empréstimos no exterior		303.510	127.521
Obrigações por repasses no País		14	860.953
Participação de acionistas	14	860.953	655.112
Tesouro Nacional		1.389	1.685
Banco do Brasil		16.803	7.842
BNDES		448.145	352.968
FINAME		394.616	292.617
Instrumentos financeiros derivativos		599	3.291
Instrumentos financeiros derivativos		599	3.291
Outras obrigações		1.781.148	1.481.184
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.203	2.878
Carteira de câmbio	15.a	17.864	8.419
Sociais e estatutárias		159.501	117.548
Fiscais e previdenciárias		130.445	131.362
Negociação e intermediação de valores		5.329	2.775
Diversas	15.b	1.461.459	1.211.453
Dívida subordinada	15.c	8.347	6.749
Não circulante		19.516.127	15.376.301
Exigível a longo prazo		19.516.127	15.376.301
Depósitos	13	14.720.197	11.692.765
Depósitos a prazo		14.720.197	11.692.765
Captações no mercado aberto	13	327.171	257.452
Carteira própria		327.171	257.452
Obrigações por repasses no País		14	4.302.761
Instituições oficiais	14	4.302.761	3.272.488
Tesouro Nacional		154	1.397
Banco do Brasil		75.403	37.396
BNDES		2.335.404	1.840.094
FINAME		1.891.800	1.393.601
Outras obrigações		165.998	153.596
Fiscais e previdenciárias	15.b	66.587	54.219
Diversas	15.c	99.375	99.375
Participação de acionistas não controladores	15	255.241	187.500
Participação de acionistas não controladores	17	255.241	187.500
Patrimônio líquido	18	6.672.787	5.302.699
Capital social		3.502.191	2.929.194
Reservas de lucros		2.884.652	2.146.636
Ajustes de avaliação patrimonial		(877)	(132)
Lucros acumulados		286.821	227.001
Total do passivo e do patrimônio líquido		46.068.393	38.390.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Demonstrações Combinadas das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)									
	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva específica de lucros	Outras reservas	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Lucros Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Não auditado)		2.492.528	1.626.874	9.125	2.098	-	197.352	4.328.068	
Destinação resultado exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	
Distribuição para associados		-	-	-	-	-	(175.770)	(175.770)	
Destinações para reservas		-	64.039	-	(17)	-	(64.022)	-	
Reversão reserva legal/absorção perdas	18.b	-	(21.742)	-	-	-	21.742	-	
Outras destinações		-	(13.579)	-	182	-	63.860	50.463	
Aumento de capital	18.a	443.718	-	-	-	-	-	443.718	
Baixas de capital	18.a	(107.791)	-	-	-	-	-	(107.791)	
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	(223)	-	(223)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	899.194	899.194	
Destinações do lucro		-	-	-	-	-	-	-	
Destinações FATES		-	-	-	-	-	-	-	
Destinações para reservas		-	474.407	14.374	-	-	(526.360)	(37.579)	
Juros sobre o capital próprio	18.b	100.739	-	-	-	-	(127.722)	(26.983)	
Dividendos		-	-	(9.125)	-	-	(11.055)	(20.180)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		2.929.194	2.129.999	14.374	2.263	(132)	227.001	5.302.699	
Destinação resultado exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	-	-	(219.085)	(219.085)	
Destinações para reservas	18.b	-	70.046	-	-	-	(70.046)	-	
Reversão reserva legal/absorção perdas		-	(8.266)	-	-	-	8.266	-	
Outras destinações		-	1.362	-	(853)	-	28.335	28.844	
Aumento de capital	18.a	499.001	-	-	-	-	-	499.001	
Baixas de capital	18.a	(136.601)	-	-	-	-	-	(136.601)	
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	(745)	-	(745)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.264.841	1.264.841	
Destinações do lucro		-	-	-	-	-	-	-	
Destinações FATES		-	-	-	-	-	-	-	
Destinações para reservas	18.b	163.518	636.676	40.173	-	-	(56.495)	(56.495)	
Juros sobre o capital próprio	18.b	163.518	-	-	-	-	(676.849)	(35.318)	
Dividendos		-	-	(14.374)	-	-	(198.836)	(35.318)	
Filiação de cooperativa ao Sistema		46.907	13.079	-	-	-	(21.101)	(39.475)	
Incorporação de cooperativa		172	168	-	-	-	28	368	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		3.502.191	2.843.069	40.173	1.410	(877)	286.821	6.672.787	
Saldos em 30 de junho de 2014		3.237.835	2.209.536	-	1.791	(662)	584.183	6.032.683	
Destinação resultado exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	
Destinações para reservas	18.b	-	1.163	-	(381)	-	(782)	-	
Reversão reserva legal/absorção perdas		-	-	-	-	-	-	-	
Outras destinações	18.a	167.779	(2.676)	-	-	-	21.172	18.496	
Aumento de capital	18.a	(67.113)	-	-	-	-	-	(67.113)	
Baixas de capital		-	-	-	-	-	-	-	
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	(215)	-	(215)	
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	631.488	631.488	
Destinações do lucro		-	-	-	-	-	-	-	
Destinações FATES		-	-	-	-	-	-	-	
Destinações para reservas	18.b	163.518	634.878	40.173	-	-	(675.051)	(56.495)	
Juros sobre o capital próprio	18.b	163.518	-	-	-	-	(675.051)	(33.103)	
Dividendos		-	-	-	-	-	(21.101)	(21.101)	
Incorporação de cooperativa		172	168	-	-	-	28	368	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		3.502.191	2.843.069	40.173	1.410	(877)	286.821	6.672.787	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Demonstrações Combinadas dos Resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)				
	Nota	2014	2014	2013
Receitas da intermediação financeira		3.581.705	6.579.141	4.950.966
Operações de crédito		2.632.417	4.868.086	3.777.510
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.c	17.386	23.524	17.821
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		893.039	1.624.581	1.101.164
Resultado de operações de câmbio		13.856	14.736	19.639
Resultado de aplicações compulsórias		25.007	48.214	34.832
Despesas da intermediação financeira		(1.796.784)	(3.101.836)	(2.159.647)
Operações de captação no mercado		(1.139.706)	(2.101.792)	(1.376.900)
Operações de empréstimos e repasses		(656.978)	(1.386.565)	(159.062)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(534.767)	(861.479)	(623.676)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.784.921	3.477.305	2.791.319
Outras receitas (despesas) operacionais	22	(1.023.763)		



Notas Explicativas às Demstrações Financeiras Combinadas

31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

continuação

e) Eliminações entre instituições do Sistema:

	Agultinado		Eliminações		Combinado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativo						
Disponível e realizável a longo prazo	83.393.939	66.387.845	(38.209.959)	(28.698.913)	45.183.980	37.688.932
Disponibilidades	479.868	377.121	(9)	(221)	479.859	376.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	16.879.386	12.169.784	(5.949.939)	(3.304.434)	10.929.447	8.865.350
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	15.865.004	12.454.188	(10.239.875)	(7.520.024)	5.625.129	4.934.164
Relações interfinanceiras	13.304.126	10.984.618	(12.618.198)	(10.239.320)	685.928	745.388
Operações de crédito	34.827.886	29.129.763	(8.434.817)	(7.190.391)	26.393.069	21.939.372
Outros créditos	1.961.065	1.205.277	(967.121)	(444.613)	993.944	760.664
Outros valores e bens	76.604	67.094	–	–	76.604	67.094
Permanente	2.281.642	1.846.026	(1.397.229)	(1.144.844)	884.413	701.182
Investimentos	1.526.475	1.251.437	(1.397.229)	(1.144.844)	129.246	106.593
Imobilizado de uso contínuo	569.824	439.057	–	–	569.824	439.057
Imobilizado de terceiros	15.343	155.532	–	–	15.343	155.532
Total do ativo	85.675.581	68.233.871	(39.607.188)	(29.843.757)	46.068.393	38.390.114
Passivo						
Circulante e exigível a longo prazo	72.036.529	59.530.239	(32.896.164)	(26.630.326)	39.140.365	32.899.913
Depósitos	32.144.878	27.921.922	(3.069.626)	(3.304.654)	29.075.252	24.387.268
Captações no mercado aberto	9.378.219	7.278.764	(7.159.292)	(4.935.784)	2.218.927	2.342.980
Recursos de aceites e emissão de títulos	14.000.352	19.921	–	–	14.000.352	19.921
Relações interfinanceiras	20.389.924	16.983.177	(20.389.016)	(16.982.265)	908	912
Relações interdependências	95.722	82.111	–	–	95.722	82.111
Obrigações por empréstimos	1.688.564	1.335.814	(1.190.819)	(834.764)	497.745	501.050
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	5.163.714	3.927.500	–	–	5.163.714	3.927.500
Obrigações financeiras derivativos	599	3.291	–	–	599	3.291
Outras obrigações	3.034.557	2.207.639	(1.087.411)	(572.859)	1.947.146	1.634.780
Participação de acionistas não controladores	255.241	187.502	–	–	255.241	187.502
Patrimônio líquido	13.383.811	8.516.130	(6.711.024)	(3.213.431)	6.672.787	5.302.699
Total do passivo e do patrimônio líquido	85.675.581	68.233.871	(39.607.188)	(29.843.757)	46.068.393	38.390.114
Demstrações do resultado						
Receitas da intermediação financeira	8.418.565	6.162.253	(1.839.424)	(1.211.287)	6.579.141	4.950.964
Despesas da intermediação financeira	(4.585.584)	(3.291.761)	1.483.748	1.042.114	(3.101.836)	(2.195.647)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.859.979)	(1.616.633)	(52.834)	(19.655)	(1.912.813)	(1.636.288)
Imposto de renda e contribuição social	(74.504)	(88.908)	–	–	(74.504)	(88.908)
Participações nos lucros	(177.360)	(135.047)	–	–	(177.360)	(135.047)
Participações de acionistas não controladores	(47.787)	(47.787)	–	–	(47.787)	(47.787)
Lucro líquido do exercício	1.673.336	1.088.022	(408.510)	(188.828)	1.264.814	899.194
Juros sobre o capital próprio	(198.836)	(127.722)	–	–	(198.836)	(127.722)

f) Moeda funcional: As demstrações financeiras combinadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todo o Sistema.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demstrações financeiras combinadas foram: a) Apreciação do resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas e com moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira e estão demstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) Títulos e valores mobiliários: Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários do Banco e dos fundos de investimento são avaliados e classificados da seguinte forma: Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é avaliada em função do fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos. e) Instrumentos financeiros derivativos: O Sistema, através do Banco e dos fundos de investimento, utiliza derivativos, como swaps e futuros de taxas de juros, swap de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras, opções de taxas de juros e operações a termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados como segue: Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; Operações de swap e opções - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa, respectivamente, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. Atualização ("accrual") das operações de crédito vendidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. g) Provisão para operações de crédito e de câmbio: A provisão para perdas com operações de crédito e de câmbio é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os custos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de avaliação estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes): Demostrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. i) Investimentos: Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas, não incluídas na combinação, estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial. j) Imobilizado de uso: Correspondente aos bens não de uso próprio ou outros ativos não circulantes. O imobilizado de bens não de uso próprio ou outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. m) Ativos e passivos em moeda estrangeira: Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Bacen para a data do balanço e do período. n) Depósitos a prazo, interfinanceiros e outros: Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidas das despesas financeiras a decorrer. o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes): Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. p) Créditos tributários, impostos e contribuições: As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são demonstrados sob a rubrica "Ativos e passivos em moeda estrangeira". Os créditos tributários são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. r) Estimativas contábeis: As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores de natureza econômica, jurídica e estatística, e são revisadas a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. s) Plano de pensão - contribuição definida: O Sistema participa de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que prevê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano de pensão de longo prazo em que as contribuições são recolhidas e acumuladas separadamente. As empresas não tem obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os seus benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2014	2013
Disponibilidades	479.859	376.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	1.484.269	1.383.139
Receitas a liquidar - posição bancada	13.474	22.990
Aplicações em moedas estrangeiras	1.977.602	1.983.029
Total	10.394.103	8.520.423

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2014	2013
Receitas a liquidar - posição bancada	62.142	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.400.129	1.583.139
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.998	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–
Receitas a liquidar - posição financiada	–	–

7. Operações de crédito: a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação:

	2014		2013	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Operações de crédito	18.013.372	9.767.302	15.173.878	7.775.820
Empréstimos e títulos descontados	9.040.414	2.991.880	7.493.221	2.305.805
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.448.247	2.193.940	1.203.260	1.954.432
Financiamentos imobiliários	7.523.437	4.560.653	6.478.618	3.507.218
Operações de câmbio	1.274	21.279	479	8.365
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	50.481	–	58.818	–
Rendas sobre adiantamentos sobre contratos de câmbio	49.683	–	56.509	–
Outros créditos	798	–	2.309	–
Títulos e créditos a receber (i)	475.574	17.963	332.748	17.662
Devedores por compra de valores e bens	465.355	55	319.777	–
Devedores por compra de valores e bens honrados	10.007	17.251	12.841	17.039
Outros	212	657	130	623
Total	18.539.427	9.785.265	15.565.444	7.793.482

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por nível de risco: Conforme o disposto

	2014		2013	
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Rural	41.212	1.152.953	6.333.891	4.577.854
Indústria	19.908	361.858	337.956	331.105
Comércio	76.393	1.117.719	1.203.805	860.699
Intermediação financeira	–	1	6	10
Outros serviços	49.204	752.099	953.693	1.087.320
Pessoas físicas	262.784	1.914.758	3.484.333	2.889.035
Habituação	–	391	883	21.279
Total - 2014	449.507	5.299.779	12.314.567	9.767.302
Total - 2013	292.953	4.432.795	10.506.948	7.775.820

d) Concentração das operações de crédito:

	2014	%	2013	%
10 maiores devedores	150.258	0,53	154.695	0,66
50 devedores seguintes	372.518	1,32	309.671	1,33
100 devedores seguintes	461.741	1,63	358.431	1,53
Demais	27.340.175	96,52	22.536.129	96,48
Total	28.234.692	100,00	23.558.926	100,00

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2014	2013
Saldo inicial	1.038.901	817.393
Constituição de provisão	861.479	623.676
Movimentação de baixados para prejuízo	(474.393)	(402.028)
Saldo final	1.425.987	1.038.901

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 158.345 (2013 - R\$ 151.153), foram registradas como "Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram realizadas renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$ 581.527 (2013 - R\$ 306.550).

8. Outros créditos - Diversos:

	2014	2013
Devedores por convênios	8.287	7.829
Devedores por depósitos em garantia	39.144	32.718
Adiantamentos e antecipações salariais	10.990	5.637
Impostos e contribuições a compensar	16.522	1.172
Cotas de consórcio	4.254	3.359
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	10.022	11.382
Valores honrados	19.455	10.539
Repasses a regularizar	125	154
Pendências a regularizar	12.089	11.739
Devedores por convênios INSS	–	14.101
Cartão múltiplo a receber	5.146	4.918
Outros devedores cartão múltiplo	11.382	612
Outros	51.614	33.710
Total	178.932	141.218

Total circulante

	2014	2013
Administradora de Cartões	2.421	2.421
Corretora de Seguros	399	399
Administradora de Bens (i)	46.276	46.276
Administradora de Consórcios (ii)	15.826	13.826
Total	64.922	63.922

Número de quotas possuídas

	2014	2013
Percentual de participação	99,99	99,99
Capital social	2.421	2.421
Patrimônio líquido	22.582	19.414
Lucro líquido do exercício	3.167	4.825
Valor do investimento	22.578	19.411
Equivalência patrimonial	3.167	4.824

(i) A Administradora de Bens distribuiu dividendos no valor de R\$ 104 em 2014. (ii) A Administradora de Consórcios teve seu Capital aumentado em R\$ 3.000 em 2014.

11. Outros investimentos: Os outros investimentos são participações do Sistema em outras empresas conforme abaixo:

	2014	2013
Redesys	769	755
Confederação Sicredi Uniced Central RJ	5.372	5.372
Outros investimentos	6.733	–
Total	7.974	713

12. Imobilizado de uso e intangível:

	2014	2013
Imobilizado de uso	920.016	920.016
Terrenos	46.850	41.753
Edificações	140.869	159.621
Móveis e utensílios e instalações	(167.097)	183.922
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	19.909	21.588
Sistemas de transporte	37.134	17.450
Outras imobilizações	35.403	17.590
Imobilizações em andamento	72.707	69.150
Intangível (i)	324.364	155.532
Total - 2014	1.444.378	1.382.617
Total - 2013	999.286	920.016

(i) Refere-se principalmente a investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares.

13. Depósitos e captações no mercado aberto: Apresentamos, a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	2014				2013			
--	------	--	--	--	------	--	--	--



Demonstrações Financeiras Combinadas Sicredi

31 de dezembro de 2014

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Combinadas

31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

contínuo
fisciais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. No Banco, as provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota vigente de 15% e as provisões para Imposto de Renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	1.387.132	1.019.984
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(554.853)	(407.994)
Exclusões/(Adições)		
Permanentemente		
Resultado de participações em controladas	5.186	5.105
Incentivos fiscais	2.188	3.356
Constituição de PPR pessoal	(2.972)	(3.655)
Reversão de IR e CSLL do exercício anterior	-	(1.567)
Receita com atos cooperativos	406.766	263.536
Prejuízo fiscal	25	197
Juros sobre o capital próprio	79.534	51.089
Outros líquidos	(10.378)	1.025
Subtotal	480.349	319.086
Temporárias		
(Provisão) de PPR	(360)	883
(Provisão) para operações de crédito	586	(3.697)
(Provisão) de passivos contingentes	518	(1.497)
Ajuste de títulos marcados a mercado	(473)	7
Subtotal	271	(4.304)
IRPJ e CSLL correntes	(74.233)	(93.212)
Constituição de créditos tributários	(271)	4.304
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(74.504)	(88.908)

b) Tributos diferidos ativos e passivos: i. Composição dos tributos diferidos: Os saldos de créditos tributários diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, já consideradas as alíquotas fiscais de 25% para o Imposto de Renda e 15% para a Contribuição Social vigentes, registrados nas rubricas "Outros créditos - diversos" no ativo não circulante e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" no passivo não circulante, apresentam-se como segue:

	2014	2013
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	3.335	3.853
Provisões de PLR e PPR	5.750	5.390
Provisão para perdas em ativos	10.249	10.835
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	1.298	207
Total	20.632	20.285

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando a taxa média de 8,22% (2013 - 6,91%), calculada com base na taxa média dos títulos públicos e das operações de crédito em carteira, monta a R\$ 18.126 (2013 - R\$ 19.455). Não existem créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2014 e 2013. ii. Período estimado de realização: Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam-se nas seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Ano	Valor dos créditos	
	2014	2013
2014	-	15.329
2015	10.986	4.661
2016	1.968	148
2017	1.666	-
2018	2.035	220
2019	1.651	(71)
2020	1.828	-
2021	534	-
Total	20.668	20.287

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido do Sistema e o resultado de imposto de renda e a contribuição social. Portanto a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Sistema.

	Diferido		Diferido		Patrimônio	
	ativo	passivo	liquido	liquido	liquido	liquido
Saldo no início do exercício	20.287	15.877	(2)	(71)	(104)	71
Créditos tributários constituídos	9.346	17.277	(217)	(845)	57	555
Créditos tributários realizados	(8.965)	(12.867)	183	914	(676)	(730)
Saldo no final do exercício	20.668	20.287	(36)	(2)	(723)	(104)

20. Saldos e transações com partes relacionadas: a) Instituições relacionadas/controladas: As entidades efetuam transações junto a partes relacionadas, incluindo empresas que não fazem parte do processo de combinação desta demonstração financeira. Abaixo apresentamos as operações realizadas com partes relacionadas, resumidas por grupo contábil:

	2014	2013
Ativo	334.295	257.126
Outros créditos - Rendas a receber	21.588	17.544
Outros créditos - Diversos	128.513	85.007
Intangível	184.194	154.575
Passivo	176.504	179.177
Depósitos à vista	27.239	29.419
Depósitos a prazo	28.057	26.255
Carteira de terceiros	96.130	105.712
Diversas	25.078	17.791
Receitas	21.367	27.792
Outras receitas operacionais	18.973	27.792
Receitas de prestação de serviços	2.394	-
Despesas	357.672	323.951
Operações de captação no mercado	10.240	8.231
Outras despesas administrativas	566	504
Outras despesas operacionais	346.866	315.216

b) Transações com administradores: As transações com administradores referem-se a saldos de operações de crédito e depósitos (à vista e a prazo) mantidas nas cooperativas por seus administradores (diretores e conselheiros de administração). As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avalis, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores, resumidas por grupo contábil:

	2014	2013
Ativo	200.193	142.083
Operações de crédito	200.193	142.083
Passivo	151.489	115.144
Depósitos à vista	16.686	12.385
Depósitos a prazo	134.803	102.759

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi segue a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Em relação à remuneração da Administração do Banco, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, será paga no ato e 50% estará disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução nº 3.921/10 do CMN, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício foi de R\$ 109.913 (2013 - R\$ 75.519) a qual é considerada benefício de curto prazo e benefício pós-emprego.

21. Fundos de investimento administrados pelo Banco: O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2014 atingiram R\$ 9.424.972 (2013 - R\$ 8.629.253). A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 9.258 (2013 - R\$ 7.616) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços". Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

	2014	2014	2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Renda administração de fundos	5.012	9.258	7.616
Receita de cobrança	54.216	102.212	84.726
Receita de custódia	1.512	2.424	1.586
Receita de serviços bancários	173.753	324.080	261.029
Receita de taxa administração recursos	971	1.857	1.660
Receita de processamento da compra	29.295	55.849	49.813
Receita de anuidades cartões	22.002	40.010	32.683
Receita de colocação de seguros	106.130	191.291	154.769
Receita de garantias prestadas	131	519	712
Receita de convênios	72.886	137.747	105.640
Receita de compartilhamento Tecban	30.150	57.422	45.193
Receitas de outros serviços	35.185	69.025	66.550
Total	531.243	991.694	811.977

	2014	2014	2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços do Sistema Financeiro (i)	76.403	142.442	128.556
Depreciação e amortização	55.045	107.039	89.398
Comunicação	36.573	69.597	61.050
Processamento de dados	8.342	16.517	7.798
Serviços de terceiros (ii)	93.021	177.766	150.783
Despesas de água, energia e gás	13.275	25.736	21.208
Despesas de alugueis	55.094	104.229	87.211
Despesas de manutenção e conservação de bens	33.825	64.735	54.063
Despesas de material	10.616	20.061	17.398
Despesas de promoções e relações públicas	54.455	100.888	85.059
Despesas de propaganda e publicidades	11.924	21.272	16.610
Despesas de transporte	35.436	66.851	56.463
Despesas de viagem	15.136	23.431	16.180
Despesas de taxas e emolumentos	16.707	29.590	22.224
Assistência social, educacional e técnica	25.157	57.344	41.236
Ressarcimento de tarifas	13.203	23.747	19.809
Outras despesas	42.038	75.041	59.536
Total	596.250	1.126.286	933.582

(i) Rubrica composta substancialmente por despesas de prestação de serviços de alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES e equalização de custos dos programas PRONAF e PROGER. (ii) Refere-se a serviços terceirizados pelo Sistema como vigilância, serviços jurídicos e processamento de cartão de crédito.

	2014	2014	2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Absorção de dispêndios - FATES	16.975	48.250	35.285
Recuperação de encargos e despesas	30.998	53.170	38.216
Reversão provisões operacionais	4.036	8.808	12.979
Doação Sicredi Fundos Garantidores	12.116	18.973	27.792
Convênio - compensação	-	-	1.410
Lucros na alienação de valores e bens	1.690	2.780	3.467
Outras receitas	10.237	14.770	12.145
Total	76.052	146.751	131.294

	2014	2014	2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Contribuição Confederação Sicredi (i)	150.380	256.766	216.942
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	31.637	66.433	76.276
Provisão para passivos contingentes	19.002	33.165	27.512
Descontos concedidos em renegociações	40.015	69.129	67.835
Cartões	31.160	59.482	52.455
Contribuição O.C.E.	3.110	6.233	5.689
Encargos administração financeira	2.653	5.550	5.729
Perdas operacionais	12.583	22.208	16.632
Outras despesas	23.968	58.009	44.339
Total	314.508	576.975	513.409

(i) Refere-se a contribuições efetuadas pelo Sistema para a Confederação Sicredi pela prestação de serviços, nos segmentos de informática e administrativo, especialmente nas áreas tributária, contábil e de folha de pagamento.

26. Estrutura de gerenciamento de risco: a) Risco de crédito: O risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão das obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas. Contudo, dada à característica das atividades das instituições financeiras, todas as operações de crédito estão de alguma forma expostas ao risco, cabendo ao Sistema a realização de uma eficiente gestão com intuito de mitigar estes riscos, adequando as exposições aos níveis aceitáveis pela administração. Para realização desta gestão devem ser controlados os seguintes fatores: • Tamanho da exposição; • Prazo da exposição; • Probabilidade de inadimplência; • Concentração em relação a um dado fator ou segmento (região geográfica, canal de distribuição ou origem), clientes e associados individuais ou grupos econômicos, porte financeiro dos mesmos, setor econômico, tipo de instrumento, tipo de garantia, moeda, país, etc.); e • Diversificação do portfólio. Este controle deve ser realizado através do estabelecimento de uma política clara e eficiente, alinhada com a cultura de crédito do Sistema, da definição de uma adequada estrutura de gerenciamento de risco de crédito, da mensuração adequada das perdas esperadas e não esperadas e do gerenciamento dos indicadores de exposição ao risco de crédito e de rentabilidade. i. Cultura de crédito: O Sicredi tem como cultura de crédito a responsabilidade de preservar os recursos que a ele são confiados. A adequada gestão destes recursos deve propiciar as condições para o atendimento das demandas de seus clientes e associados das cooperativas. A cultura de crédito do Sistema é baseada nos seguintes preceitos básicos: • Concessão do crédito com base na capacidade de pagamento dos tomadores, não sendo realizadas operações exclusivamente baseadas na garantia ou na possibilidade de cobrança de altos spreads; • Concessão do crédito beneficia ao tomador, permitindo a esse realizar investimentos e melhorias ou satisfazer necessidades momentâneas; • Observação irrestrita das normas internas e as emanadas pelas autoridades reguladoras; • Observação incondicional da Política de Crédito; • Ações de acompanhamento e controle independentes e eficazes; • Crescimento sustentável das carteiras; e • Utilização adequada dos sistemas de informações. ii. Estrutura de gestão de risco de crédito: No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas entidades, áreas e colegiados locais. A área centralizada, sob a responsabilidade da Superintendência de Crédito e Risco, subordinada à Diretoria Executiva de Crédito do Banco Cooperativo Sicredi S.A., responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Esta unidade tem como principais atribuições responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; prover modelos quantitativos e técnicas qualitativas nos processos de concessão e manutenção de crédito; estabelecer e prover metodologias e ferramentas de recuperação de crédito; avaliar e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; realizar o monitoramento

constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi; capacitar os principais participantes do ciclo de crédito a fim de disseminar o conhecimento e a cultura do crédito responsável e, desta forma, contribuir para a sustentabilidade do Sistema. As entidades, áreas e colegiados locais, são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente, cabendo ainda, às Centrais Estaduais e Cooperativas Singulares, a responsabilidade final por esta gestão, incluindo a indicação de Diretor responsável junto ao Bacen. O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução 3.721/09 do CMN, e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo. iii. Política de crédito: A Política de Crédito e seus Regulamentos são primordiais para nortear e embasar os procedimentos e operacionalidade de todo ciclo do crédito da organização. Este ciclo consiste num conjunto de atividades sequenciais, as quais se iniciam com as associações, passando pela concessão de um limite ou operação de crédito e depois pelo seu monitoramento e recebimento e, finalmente, pela cobrança extrajudicial ou judicial, que encerram e, ao mesmo tempo, reiniciam todo o processo. Dentre os principais componentes de uma política podemos citar: • As normas legais; • A definição estratégica da instituição; • Os objetivos a serem alcançados; • A forma de decisão e de delegação de poder; • Os limites de crédito; • A análise de crédito; • A composição e a formalização dos processos; e • A administração e o controle de crédito. iv. Delimitações do crédito: No Sistema, o processo de concessão e liberação do crédito está delimitado pelos níveis máximos de concentração e pelos critérios de elegibilidade dos clientes e associados, classificados em: Sinais de alerta: as ocorrências de alerta referem-se a situações que indicam uma probabilidade maior de risco e, portanto devem ser avaliadas de forma mais criteriosa; Critérios Restritivos: os critérios restritivos referem-se a situações consideradas de maior risco que restringem o processo de concessão e liberação do crédito; Critérios de Impedimento: os critérios impeditivos referem-se a situações de risco elevado e, portanto, não aceitas pelo Banco. A situação de impedimento atribui-se às condições do cliente ou associado no momento da concessão e liberação do crédito; Vedados: referem-se a situações que possam trazer exposições a riscos em níveis inadmissíveis ao perfil da entidade que por princípio, perdem permanentemente a elegibilidade a crédito. A deliberação de crédito dá-se através de: Alçada individual: atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na instituição. Comitês de crédito: alçada atribuída a um colegiado composto por indivíduos capazes de tomar decisão aderente à estratégia da instituição e que ocupam determinados cargos diretamente relacionados com o ciclo de crédito. v. Recuperação de crédito: No Sicredi, todas as ações de recuperação de crédito visam estabelecer um processo de recuperação eficiente, de acordo com as características da entidade e com a melhor relação de custo vs. benefício. A recuperação de crédito no Sistema é realizada pela Gerência de Recuperação de Crédito e por Assessorias de Cobrança. vi. Operações com o mercado financeiro: A política de risco de crédito estabelece que as aplicações realizadas pelo Sistema no mercado financeiro precede de análise de crédito das contrapartes e aprovação de limites pelo Comitê de Crédito. Os estudos técnicos realizados pela Gerência de Análise de Crédito baseiam-se em demonstrativos trimestrais auditados, ranking e rating das instituições, dados de concentração de devedores e depositantes, qualidade e perfil da carteira de crédito, carteira de tesouraria, cobrições existentes e, em casos de bancos com capital de origem estrangeiros, informações econômico-financeiras do controlador. b) Risco de liquidez: A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como: • Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e • Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema. O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema Cooperativo Sicredi está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi sob unidade específica responsável pelo monitoramento do risco de liquidez do Sistema. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas: • Projeções de Liquidez; • Teste de Estresse; • Limites de Liquidez; • Plano de Contingência de Liquidez. Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre os depósitos totais diários, tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais, conforme segue: • Volatilidade dos depósitos; • Concentração de recursos; • Crédito pré-aprovado; • Cobrições e repasses. A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi/Relatórios/Gestão de Riscos". c) Risco de mercado: O Risco de Mercado origina-se da variação no valor dos ativos e passivos causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, estando incluídos entre estes os juros, o preço de ações, as cotações de moedas estrangeiras e os preços de commodities. Ele também pode derivar-se das mudanças na correlação entre os fatores de risco ou nas suas volatilidades. O processo de gerenciamento de riscos de mercado deve abranger todos os instrumentos e operações financeiras que compõem as carteiras das empresas, assim como os mecanismos e controles relevantes para o atendimento de suas estratégias de negócios. O Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 3.464/2007, determinou que as Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem implementar e manter estrutura de gerenciamento do risco de mercado, a qual deve ser compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. A Política Interna de Gerenciamento do Risco de Mercado do Sicredi destaca os elementos essenciais que dão sustentação à estrutura de gerenciamento de risco de mercado implementada, traçando as diretrizes seguidas no gerenciamento de risco de mercado do Sistema Sicredi. A quantificação ou mensuração do risco de mercado no Sistema baseia-se na decomposição das operações nos seus respectivos fatores e, a partir desta, da realização das seguintes análises, entre outras: • Análise de GAPS: descasamento de operações - ativos e passivos - avaliado de acordo com uma estrutura futura de taxa de juros ou cupom; • Análise de Duration: descasamento de operações - ativos e passivos - avaliado de acordo com o prazo médio até o vencimento em relação ao valor marcado a mercado, com base na curva de mercado avaliada; • Valor em Risco - VaR: medida estatística que projeta a perda máxima do valor de um ativo ou de uma carteira em condições normais de mercado; • Análise de Sensibilidade: medida de variação no valor da carteira em função de alterações na estrutura de juros; • Testes de Estresse: medidas para determinação dos efeitos de condições extremas de mercado sobre o valor da carteira; • Backtest: elemento de validação do modelo interno de risco de mercado adotado pela instituição e um requerimento das autoridades reguladoras. As metodologias aplicadas têm como objetivo quantificar os riscos assumidos, de forma a gerar as exposições, de acordo com as suas características, mantendo-as compatíveis com o apetite a risco da instituição, conforme as características dos negócios e das carteiras operadas. Um elemento essencial na aplicação dessas metodologias consiste na segregação das carteiras em negociação (trading) e não negociação (banking). Os critérios de classificação, bem como as definições e procedimentos relacionados à segregação das carteiras em negociação e não negociação são definidos na Política de Classificação da Carteira de Negociação, documento revisado e

aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração no mínimo anualmente em conjunto com a revisão das demais políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado foi implantada na Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco, e tem como abrangência de atuação todo o Sistema, considerando-se o Banco Cooperativo Sicredi e suas empresas ligadas, a Confederação Sicredi, as Cooperativas Centrais e as Cooperativas Singulares filiadas. As principais diretrizes traçadas para a gestão do risco de mercado no Sistema consistem em: • Estabelecer práticas alinhadas e comuns a todas as Entidades; • Gerenciar e controlar as exposições assumidas, de forma a garantir a adoção de uma visão sistêmica no controle de riscos; • Estabelecer princípios de governança e divulgação de informações de risco de mercado para o conjunto de entidades; • Garantir a revisão e aperfeiçoamentos permanentes das metodologias e práticas de gestão de risco de mercado. Essas diretrizes estão em conformidade com os normativos em vigor e as melhores práticas de gerenciamento do risco de mercado, sendo compatíveis com o perfil de risco de mercado do Sicredi. A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi/Relatórios/Gestão de Riscos". d) Risco operacional: A estrutura de gerenciamento do risco operacional no Sicredi está implementada de forma centralizada na Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco, subordinada diretamente à Presidência Executiva. Essa estrutura é responsável pela administração da Política de Risco Operacional e pela coordenação e execução, no que lhe compete, dos processos relativos à disciplina para todo o sistema de forma padronizada, em conformidade com a Resolução nº 3.380/06 e demais normativos relacionados. O processo de gerenciamento do risco operacional foi desenhado para capacitar a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos associados a cada instituição individualmente, ao conglomerado, bem como a identificação e acompanhamento dos riscos associados às demais empresas não financeiras. Trata-se de um ciclo integrado compreendido por um conjunto de etapas que visam manter a exposição ao risco operacional em níveis toleráveis, avaliados constantemente pela alta administração. O ciclo de gerenciamento do risco operacional contempla as fases de: • Identificação de riscos operacionais. Nessa fase, são analisados os processos de negócio e apoio. Também são coletados elementos de diagnóstico em outras fontes de informação, como relatórios de informalidades, reportes de incidentes ou de auditorias internas e externas. • Identificação de controles. O principal objetivo dessa fase é o levantamento de controles mitigatórios - implementados ou não na Organização. Nessa fase, são analisadas as exigências regulamentares, normativos internos, e outras fontes de consulta relacionadas ao processo, que forneçam informações úteis e necessárias para a construção dos controles. • Avaliação de controles. Após identificação dos riscos e respectivos controles mitigatórios, são obtidos in loco, o entendimento dos controles em prática pela Entidade. Nessa fase, são efetuados testes de desenho para confirmar o entendimento e para obter conforto sobre a efetividade do controle. • Mitigação do risco operacional. De posse do resultado da avaliação dos controles, são elaborados em conjunto com as áreas envolvidas no processo, planos de ações para aqueles controles avaliados como não efetivos. • Monitoramento do risco operacional. A execução dos planos de ação para tratamento de riscos é acompanhada periodicamente pelas áreas de controles internos ao qual a matriz de riscos está submetida, conforme a definição de papéis e responsabilidades instituída pela Política de Risco Operacional. Todo o ciclo de gerenciamento do risco operacional é suportado por ferramenta sistêmica que integra as informações e possibilita o monitoramento centralizado do risco em todas as entidades do Sistema, financeiras e não financeiras.

27. Estrutura de Gerenciamento de Capital: Em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011 do Banco Central, e atendendo também as diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, a política de gerenciamento de capital do Sistema Sicredi tem por objetivo definir as estratégias, os processos e os sistemas necessários para efetiva implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Sistema Sicredi. Para este efeito, entende-se como Gerenciamento de Capital o processo contínuo de: • Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; • Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A Política de Gerenciamento de Capital do Sicredi abrange todas as Entidades do Sistema Sicredi obrigadas a apurar os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal - além das restrições do Adicional de Capital Principal - sob a forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O processo de desenvolvimento e acompanhamento do gerenciamento de capital é elaborado de forma centralizada, contemplando as Cooperativas Singulares, Cooperativas Centrais e o Banco Cooperativo Sicredi. O modelo de gerenciamento de capital adotado pelo Sicredi envolve uma estrutura com a participação de quatro diretorias e atuação de diversas áreas. O Diretor de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos é o responsável perante os órgãos legais, e a Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado é a área desta diretoria responsável por coordenar o gerenciamento de capital do Sistema, com o auxílio das seguintes áreas: Gerência da Gestão da Estratégia, Gerência de Planejamento de Negócios, Gerência de Modelagem de Crédito e Risco, Gerência de Portfólio de Crédito, Gerência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional e a Gerência de Finanças Corporativas e Controladora. Estas áreas são responsáveis por diferentes fases do ciclo de negócios e devem agir em sinergia